

AS FORÇAS ARMADAS, A MARINHA E O MINISTÉRIO DA DEFESA

– Pensamentos e relatos –

MAURO CESAR RODRIGUES PEREIRA
Almirante-de-Esquadra (RRm)
Ex-Ministro da Marinha

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A política internacional e a defesa nacional

*A Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Política de Defesa Nacional e Política Externa Brasileiras*

AS FFAA

Missão constitucional das FFAA

Guarda Nacional

Crise de identidade militar

O conceito de segurança cooperativa e a Política de Defesa argentina

Participação do Brasil em forças de paz

O MINISTÉRIO DA DEFESA

Falta de articulação entre as três FFAA

Aspectos políticos de criação do Ministério da Defesa

Posições da Marinha na criação do Ministério da Defesa

Aspectos conceituais de criação do Ministério da Defesa

Operação do Ministério da Defesa

Subordinação do Poder Militar ao Poder Civil

Serviço militar obrigatório

A MARINHA

A Marinha oceânica

Influência do pensamento de Mahan

Influência das missões e dos acordos

Influência da "doutrina da ESG"

Relacionamento com o Congresso e a Imprensa

A modernização da Marinha

Suas dimensões

A educação nas escolas

Cursos e Plano de Carreira dos Oficiais

CONCLUSÃO

INTRODUÇÃO

Não tenho hábito de escrever muito e raramente publico o que escrevo. Entretanto, vivi há pouco tempo o episódio marcante da criação do Ministério da Defesa, precedido da primeira versão escrita de uma Política de Defesa Nacional, formalmente aprovada pelo Presidente da República, enquanto ocupava o cargo de Ministro da Marinha. Já bastariam as experiências deste cargo para suscitar a curiosidade de muitos brasileiros, vários jovens entre eles, que felizmente começam a se preocupar, estudar e comentar sobre os aspectos de defesa, movimento alvissareiro que poderá transformar a perigosa apatia de nossas elites sobre tema de tanta importância.

Em Londres, ainda em 2001, recebi a visita da então mestrandia da Unicamp Adriana Marques, que me apresentou um longo questionamento, inclusive com perguntas de seus colegas A. Fuccille e C. Silveira. Mais tarde, já nos dias correntes, o próprio orientador de Adriana, professor-doutor Eliézer Rizzo de Oliveira, também da Unicamp, pediu-me comentários sobre alguns tópicos de seu interesse no mesmo campo. Finalmente, o diplomata João Paulo Soares Alsina Junior, para instrumentar seus estudos sobre Política de Defesa, enviou-me outro questionário.

Apesar da dificuldade de tempo, motivada por intensa atividade na Representação Permanente do Brasil junto à IMO, não me furtaria a atender tais solicitações, mesmo quando necessário responder por escrito, o que nos exige um pouco mais de cuidados para deixar claras as idéias. Ao verificar, ao término de tudo, que dispunha

de algumas dezenas de páginas com matéria de interesse para um público mais amplo, propus aos entrevistadores que me liberassem os textos para divulgação. A própria Adriana muito me ajudou na tarefa de modificar a apresentação.

Seguem-se, portanto, meditações e depoimentos sobre tópicos diversos, sem uma seqüência mais elaborada*, porquanto consequência da curiosidade de quem trazia as indagações.

A POLÍTICA INTERNACIONAL E A DEFESA NACIONAL

Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Acredito haver tido razoável influência na criação da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden). Abordei o assunto e o repeti por vezes seguidas desde minhas primeiras conversas com o Presidente, a quem não conhecia antes do dia 19 de dezembro de 1994, quando me convidou para o cargo de Ministro da Marinha.

Sempre me pareceu que um país com as dimensões e o estágio de desenvolvimento como os do Brasil não poderia abdicar de ter uma presença adequada no cenário internacional e, para tanto, considerar que política internacional e de defesa precisam caminhar indissociavelmente ligadas, como acontece em qualquer lugar mais desenvolvido do mundo. Foge ao meu entendimento qualquer consideração de nos defendermos a não ser de ações vindas de fora, constituindo-se um absurdo pensar-

* N.R.: A seqüência dos tópicos foi rearrumada pela RMB.

mos em nos defender dos próprios brasileiros. Como essa concepção precisava ser debatida pelas elites pensantes do País, inclusive dentro do governo, onde faltava diálogo sobre a matéria, e como a maneira de promover os entendimentos internos pela administração que se instalava era o das câmaras setoriais, logo sugeri a criação daquela que veio a ser a Creden.

Idéia semelhante levei ao Congresso. O Senado já havia unificado as Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, mas não a Câmara dos Deputados. Lá, além de não haver qualquer entrosamento entre as duas comissões até então existentes, eram elas bastante inexpressivas, não exigindo nem mesmo que seus integrantes as tivessem como participação exclusiva, como acontecia com as Comissões de maior relevo. Debati o tópico com um sem-número de deputados e vários líderes partidários, até que, finalmente, tive a satisfação de ver a Câmara tomar a iniciativa de unir

as Comissões, dando-lhes, inclusive, depois de unificadas, o prestígio de serem presididas pelo recém-substituído presidente da Casa, quando terminou o mandato, o respeitado Deputado Luiz Eduardo Magalhães, já falecido.

Senti, na ocasião, que não havia entusiasmo no Itamaraty e nem nas outras Forças Armadas, tanto com a união das Comissões na Câmara, quanto com a criação

da Creden. Esta, mesmo depois de decidida sua criação, tardou em ter os atos formais emitidos e, depois disso, não encontrava pretexto para se reunir.

Como se vê, não foi a solução do problema da Aviação Naval, com o qual não havia mais celeuma àquele tempo, embora sem um encaminhamento tranqüilo, que teria motivado a criação da Creden.

Foi este tema, no entanto, que a fez começar a se reunir. Quando encaminhei ao Presidente da República a Exposição de Motivos pedindo autorização para adquirir as aeronaves, o que considerávamos vital para a Marinha e permitido pela legislação derivada da Constituição de 1988, não houve concordância por parte do Ministro da Aeronáutica e muitos acreditavam como possível a repetição dos fatos inexplicáveis de 1965. Naquela Exposição de Motivos, coloquei-me à disposição do Presidente para discutir o assunto em qualquer foro, inclusive a recém-criada Creden, mas

ponderei que a discussão não deveria ser sobre o material necessário à Marinha, porquanto nunca discutimos os materiais necessários ao Exército e à Força Aérea, o que seria impróprio, porém sobre as necessidades estratégicas de defesa do Brasil. Foi proposto, então, porque nada havia até então, elaborar-se o que terminou sendo a Política de Defesa Nacional.

**Política não é enunciar,
minuciosamente, como as
coisas devem ser feitas.
Política tem de ser geral e,
de uma certa maneira,
abstrata, para ser precisa,
ampla e duradoura**

*

**Acredito que a Política
Nacional é boa porque dá,
em linhas gerais, o que se
pretende e em linhas até
um pouco menos gerais o
que não se pretende.
É o suficiente para saber
o que fazer**

Política de Defesa Nacional e Política Externa brasileira

Questionam-me sobre divergências entre as concepções do Itamaraty e da Marinha sobre a Política de Defesa. Eu diria não ocorrerem propriamente divergências, mas, da mesma forma, não diria haver uma total convergência. Talvez, em minha visão pessoal, o maior distanciamento ocorra por não se fazerem as Políticas Externa e de Defesa como complementares e totalmente interligadas, em termos conceituais e na ação prática.

Como fica patente dos meus comentários, acho que não havia, e temo que ainda não haja, coerência entre as políticas e nem articulação. Vou mais além. Acredito que as elites pensantes brasileiras, quando tornadas em Poder Político, não se dedicam a meditar coletivamente em Política Externa, nem em Política de Defesa e muito menos na interação entre ambas.

Considero ser-nos necessário, no Brasil, progredir muito, ainda, no trato dos assuntos políticos. Não essa política vista nos jornais todos os dias, a política dos partidos, governo de um lado, oposição do outro. Não é disso que estou falando. Falo da grande política.

Qual é o grande pensamento político brasileiro?

Nós não sabemos e, muitas vezes, não nos preocupamos em ter tal pensamento. Não o sabemos formular, a ponto de quando, por razões não exatamente aquelas que conduziram à formulação de uma Política de Defesa, o Presidente decidiu fazê-la escrever e referendou o documento resultante, houve muitas críticas qualificando-a como "nada". No meu entender, aquele documento diz muito, porquanto Política não é enunciar, minuciosamente, como as coisas devem ser feitas.

Para se chegar àquela conclusão, houve muita necessidade de discussão, de

entrosamento, e percebemos, então, não saber conversar freqüentemente sobre esses assuntos. Não se verificaram grandes divergências, pois a discussão não era tão profunda; mas se nos habituássemos a discutir o assunto mais amiúde, com maior profundidade, acredito que, em algumas horas, teríamos chegado a divergências expressivas, ou talvez tivéssemos encontrado concordâncias mais firmes. Contudo, não se discute intensivamente sobre esses temas.

Nos trabalhos de elaboração da Política de Defesa Nacional (PDN), notava-se um certo desbalanceamento entre as diversas correntes de opinião. A Marinha, de longa data habituada a elaborar sistematicamente os planos estratégicos de que necessitava, que se consolidavam no Plano Estratégico da Marinha, em vigor, então, há cerca de duas décadas, com revisões periódicas, através de metodologia própria, sentia-se à vontade nas discussões, talvez como não estivessem todos os demais pares. Sabíamos, por exemplo, que Política tem de ser geral e, de uma certa maneira, abstrata, para ser precisa, ampla e duradoura.

Embora freqüentemente se diga não caber aos militares estabelecer as Políticas de Defesa, tudo se passa como se todos deixassem a Política Externa aos diplomatas, a de Defesa aos militares, agora com o conforto de não se referir a estes diretamente, mas ao Ministério da Defesa, sob a égide civil. Creio ser erro grave. Ainda que sempre se devam ouvir os diplomatas e os militares na formulação das Políticas pelos representantes do Poder Político, diplomatas e militares não deveriam ser tomados senão como executores daquelas Políticas, nunca como formuladores.

Esse é um defeito de concepção que temos no Brasil e precisamos vencer. Quando houver o sentimento, no momento em que contarmos com uma elite estruturada

refletindo sobre a grande política, teremos uma verdadeira contribuição para esse debate. Por isso, sempre prestigiei muito o trabalho nos Núcleos de Estudos Estratégicos das universidades. Quanto mais gente pensar politicamente sobre os nossos maiores assuntos, mais teremos condições de ver o Brasil saber o que deseja fazer.

Apesar de muitos criticarem a Política de Defesa Nacional, acho-a muito boa, não perfeita, rememorando-se, além do mais, ter sido elaborada pela primeira vez, em curto espaço de tempo, sem ter o antecedente de algo semelhante para o Brasil como um todo, ou para a Política Externa. Poderá ser melhor quando evoluirmos e soubermos pensar em termos políticos. Acredito-a boa porque dá, em linhas gerais, o que se pretende e em linhas até um pouco menos gerais o que não se pretende. É o suficiente para saber o que fazer.

Vale recordar a velha anedota do navio inglês e do norte-americano no Yang-Tsé, quando começou a guerra civil na China. O comandante americano estava acabrunhado, porque não conseguia receber instruções de Washington e o inglês tranqüilo, tomando sol. O americano pergunta ao inglês se já conseguira receber instruções de Londres. Este responde: "Não, não estou esperando instruções, eu as tenho todas." O americano, então, retruca: "Como você tem todas as instruções? Ninguém poderia prever uma situação como essa."

E o inglês contesta tranqüilo: "Tenho aqui minhas instruções permanentes: defender os interesses de Sua Majestade." Política é isso: cultura e uma idéia de aonde se pretende chegar, em termos muito genéricos. Cabe a cada um e em cada situação, depois, ver qual a ação a tomar para o conseguir. Nesses termos, vejo-a correta.

Quem, algum dia, leu a Política de Defesa americana já observou vir em livretos fininhos. Às vezes, a política está toda nas duas primeiras folhas.

O resto é para o texto não ser pequeno demais. Assim acontece, porque o americano aprendeu e hoje sabe afirmar-se. A Política de Defesa norte-americana assenta-se em três itens, apenas: estar preparados para ganhar uma guerra em qualquer lugar, para impedir obstáculos ao seu desenvolvimento econômico e para assegurar a implantação da democracia no mundo.

A nossa Política de Defesa não é tão imperativa. Primeiro, porque não sabendo ser imperativos sobre os nossos interesses, temos

dúvidas. Além do mais, de certa maneira, somos acanhados para o expressar. O Brasil está mais preocupado em afirmar que não pretende molestar ninguém do que em mostrar os seus desejos.

Dizer-se da Política de Defesa Nacional (PDN) ser defensiva para os militares, principalmente com a intenção não revelada de manter a autonomia institucional das Forças, parece-me outra

O Brasil está mais preocupado em afirmar que não pretende molestar ninguém do que em mostrar os seus desejos

*

Deveríamos ser mais agressivos na nossa Política Externa. Mais agressivos não significa agressão a ninguém, mas buscarmos ser mais firmes em todos os organismos internacionais

concepção errônea do que seja uma Política de Defesa. Aliás, o problema das autonomias necessárias às Forças é tema de outra natureza, que deveria ser e foi, abertamente, abordado na constituição do Ministério da Defesa.

Retornando à questão das divergências com relação ao Itamaraty, vejo, para citar uma situação, que deveríamos ser mais agressivos na nossa Política Externa. Mais agressivos não significa agressão a ninguém, mas buscarmos ser mais firmes em todos os organismos internacionais, por exemplo.

Estou vivendo agora uma experiência na Organização Marítima Internacional, onde o Brasil não era nem considerado anteriormente e hoje passou a sê-lo, porque começamos a enfrentar os problemas, a fazer nossa voz ser ouvida. Queremos ter preponderância? Queremos ganhar dos outros? Não. Simplesmente queremos ter a nossa opinião, calcada em estudos sérios, também considerada. Com muito trabalho, vai-se tentando angariar apoio de um grupo de países, essencial para as decisões, mas este esforço não é integrado, nem se integra, em um panorama externo comum do País.

AS FORÇAS ARMADAS

MISSÃO CONSTITUCIONAL DAS FFAA BRASILEIRAS

A missão constitucional das Forças Armadas brasileiras é suficientemente ampla para estar adequada a qualquer realidade. O questionamento tão falado durante os últimos anos, desde a Constituinte de 1988, sobre se as Forças Armadas devem ou não defender a lei e a ordem é inócuo. Recentemente, na Bahia, houve problemas e chamaram as Forças Armadas para garantir a ordem.

Afinal de contas, o que se faria numa situação dessas? Ficar com o problema na mão? Ou resolvê-lo com os meios disponíveis?

A interpretação política distorcida desses termos pode levar ao questionamento. Defender a lei e a ordem não significa tomar os freios nos dentes e dizer: "A lei sou

eu". Além do mais, pode-se colocar o que for na Constituição, pois não impedirá se alguém caminhar para a distorção. Se buscarem minha opinião sobre a mudança do texto constitucional, sinto-a desnecessária, porquanto só iriam mudar as palavras e não o conceito.

As Forças Armadas podem ser usadas em âmbito interno, se não houver outros meios restantes, mas não que elas sejam feitas para isso

O conceito, em si, está certo. A idéia é a seguinte: para que as Forças Armadas? Para defender os interesses do País contra qualquer tipo de dificuldade, quando necessário o uso da força, ou para o emprego político, ou seja, para prevenir, pela

dissuasão, os ataques externos ou internos. O ataque interno não é propriamente o vindo de um inimigo interno, mas de situação interna, que possa derrotar as estruturas brasileiras. Não significa, obviamente, deverem as Forças Armadas defender um interesse político de grupo contra outro.

Retornando à questão da greve da Polícia baiana como exemplo, não sei se a Polícia estaria certa ou errada. Poderia até estar certa, mas o que fazer? Contemplar nas ruas arruaça, depredação, assalto? Não se podem admitir tais fatos, porque acabariam com o Brasil.

Portanto, as Forças Armadas podem ser usadas em âmbito interno, se não houver outros meios restantes, mas não que elas sejam feitas para isso. Se fosse impossível usá-las dessa forma, teríamos de criar uma segunda polícia.

GUARDA NACIONAL

O exemplo de Guarda Nacional norte-americano, para mim, é o mais interessante. É uma reserva das Forças Armadas. Diga-se de passagem, não existe Guarda Nacional da Marinha, pois não funcionaria, apenas do Exército e da Força Aérea. A Guarda Nacional

é treinada para fazer ações militares, mas com capacitação para ações policiais. Na verdade, não uma ação policial qualquer, porque é ação de tropa de choque. Nessa condição, tem unidades passadas à subordinação dos governos estaduais. Enquanto empregada como tropa de defesa territorial, como reforço ou reserva das Forças Armadas, recebe comando federal.

Em minha opinião, caso a Guarda Nacional fosse criada no Brasil, deveria seguir concepção semelhante à norte-americana – se convocada a intervir em situação local, tem de estar sob comando estadual, não pode estar sob comando federal. Se assim não fos-

se, todo nosso princípio federativo, que já é fraco, desapareceria. Ademais, creio ser errado qualquer centralismo exagerado, dele advindo boa parte dos nossos problemas.

Outro ponto a ser considerado dentro de tal idéia seria a posição do Exército. No meu entender, razoável parcela da oficialidade e dos sargentos teria de ser da formação do Exército, mas atuando na Guarda Nacional por um período, competindo a organização, o adestramento e a adminis-

tração igualmente àquela Força. Talvez, então, o Exército não precisasse de tantos recrutas como hoje em dia.

CRISE DE IDENTIDADE MILITAR

Eu não diria que existe uma ausência de crise, mas também não diria propriamente crise.

Há uma preocupação, porque a campanha contra os militares, disseminada na sociedade, é muito forte, tan-

to que gente nem ainda nascida na época do dito “regime militar” classifica-o como desastroso. Houve erros, mas não foi, de nenhuma forma, perto de desastroso. Certas pessoas continuam a atribuir aos militares uma série de atitudes, responsabilidades e pensamentos que não são verdadeiros. Como isso existe no meio social, ou seja, no mesmo meio ao qual pertencemos, traz uma certa mágoa, um ressentimento. Quem ainda não está firme nos seus sentimentos, nas suas convicções, é mais influenciado que os outros.

Na imprensa, muito comumente, o que é feito por militar já começam a suspeitar de

Não há como imaginar que o homem seja perfeito e que não existirão mais atritos, provocações. Quero certas armas ditas estratégicas para usar dentro de uma estratégia defensiva, porém sabendo que posso necessitar empreender operações táticas ofensivas

desonesto, de sujo, sem saber a verdade, sem saber como as coisas aconteceram. O brasileiro, para piorar, é muito acostumado com essa história de "ouvi dizer" e sair repetindo as coisas, sem compromisso. Isso incomoda.

Mas quem for examinar a fundo verá que o problema não existe. Em todas as pesquisas feitas sobre as instituições brasileiras, as Forças Armadas estão sempre lá em cima, embora não se possa ficar iludido. A um colega de Ministério, quando mostrava satisfação com os resultados das pesquisas, costumava apontar que, mesmo verdadeiros, não evitariam predominar a posição contrária no dia em que a imprensa dissesse, sem prova alguma, ter algum de nós feito algo de errado.

O CONCEITO DE SEGURANÇA COOPERATIVA E A POLÍTICA DE DEFESA ARGENTINA

A política argentina, na atualidade, tem de ser olhada com uma certa cautela, porque lá, ainda mais do que no Brasil, a reação aos militares é bastante despropositada. Claro que houve erros na Argentina, muito mais lá do que aqui. Mas não se pode condenar um grupo de atuação por algo realizado em outra época por pessoas pertencentes ao grupo.

A reação aos militares na Argentina levou ao comportamento de colocar todos os temas relacionados à Defesa como irrelevantes, ou desnecessários, o que é ruim. Inclusive ruim para nós, porquanto

se porventura tivermos um problema sério em nossa região, sozinhos não o poderemos enfrentar. Precisamos ter aliados, e nossos aliados também necessitam dispor de poder. Se lhes acabam com o poder, estão nos prejudicando igualmente.

Não pretendo advogar devermos almejar uma Política de Defesa agressiva, mas política realista, no sentido de se estar preparado para emergências, sem exageros, com os meios de que o País possa dispor no momento. É imperativo considerar que, em ocasião de necessidade, não adianta, por ser inútil, começar tudo de novo, co-

meçar do zero, criar conhecimentos, idéias, concepções.

A concepção de defesa baseada em declarações de boas intenções, na abstenção de posse de submarinos, aviões de ataque e armas classificadas por teóricos como estratégicas é fora da realidade. Não há como imaginar que o homem seja perfeito e que não existirão mais atritos, provocações. Se o admitirmos, então poderemos argumentar – para que

Não podemos continuar com essas idéias antigas de mobilização, achando possível, na hora da emergência, encontrar a fábrica de guarda-chuvas que pode fabricar fuzis. Isso é balela, não existe mais – ou existe uma estrutura montada na paz, ou não existirá na guerra

vou gastar dinheiro com Defesa? Mas seria um tanto ou quanto utópico e temos obrigação de ser realistas. Não quero uma arma estratégica porque tenho uma postura estratégica ofensiva. Quero certas armas ditas estratégicas para usar dentro de uma estratégia defensiva, porém sabendo que posso necessitar empreender operações táticas ofensivas. Não vou deixar acontecer o problema para depois resolver.

Recordemos a questão da Segunda Guerra Mundial, quando a ameaça veio às

nossas costas e descobrimos não termos os meios próprios para enfrentá-la. Ai começamos a improvisar, porém improvisar não pode mais acontecer, pois não haverá tempo. Não podemos continuar com essas idéias antigas de mobilização, achando possível, na hora da emergência, encontrar a fábrica de guarda-chuvas que pode fabricar fuzis. Isso é balela, não existe mais – ou existe uma estrutura montada na paz, ou não existirá na guerra.

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM FORÇAS DE PAZ

Penso não devermos ter, constitucionalmente, certas imposições decorrentes de visões, às vezes, um pouco teóricas. Se che-

garmos à conclusão de que, na prática, o nosso interesse só pode ser defendido tomando uma ação incisiva, vamos discutir se aquilo é defesa da paz ou não? Haverá, é óbvio, e só será verdade se for um sentimento do povo brasileiro, como acredito seja, a limitação imposta por nossa intenção de sempre sermos pacíficos, fazer como Rio Branco: tentar negociar as nossas desavenças.

Rio Branco resolveu os nossos problemas de fronteiras através de negociações diplomáticas, mas sempre desejou ter na sua retaguarda para apoiá-lo uma Marinha expressiva. Mas, no passado, quando precisamos ser mais “quentes”, soubemos sê-lo, soubemos lutar em defesa de nossos interesses. Entretanto, quando não estivemos preparados, foi dramático para nós.

MINISTÉRIO DA DEFESA

FALTA DE ARTICULAÇÃO ENTRE AS TRÊS FORÇAS ARMADAS

Positivamente, antes da Política de Defesa Nacional (PDN), não havia uma Política de Defesa. A Marinha já dispunha de documentos formais sobre o assunto, mas o que seria de âmbito nacional era inferido da leitura de diversas fontes, obviamente com a interpretação unilateral inevitável.

Não sei exatamente o que tinham o Exército e a Aeronáutica. A julgar, entretanto, por sensíveis divergências nas concepções sobre defesa, que não acredito já terem sido completamente eliminadas, o mais próximo seria reconhecer haver três interpretações políticas não necessariamente convergentes.

O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), embora concebido como o local de

harmonização das políticas e do planejamento de defesa em alto nível, nunca chegou a cumprir plenamente seu propósito e os motivos são diversos, merecendo de futuros pesquisadores uma análise desapaixonada. Seja pela predominância de uma das Forças, no início do estabelecimento de sua estrutura, efeito minorado, mas nunca corrigido, quando se firmou o rodízio na chefia, ou pela falta de uma orientação superior de natureza política e por muitas outras razões, não se observaram grandes progressos ao longo de sua existência. Enquanto era apenas um estado-maior, mesmo quando se deu ao chefe o *status* de ministro, desenvolveu trabalhos em ritmos mais lentos do que o desejável, normalmente em assuntos administrativos ou de doutrina operacional, colocando-se ao nível dos estados-maiores das forças.

A meu ver, entretanto, como expressei ao Presidente ao final do primeiro mandato, foi um erro transformá-lo em ministério pleno, como feito ao começo do governo, pois se estabeleceu uma equivalência direta com os ministérios singulares, desbalanceada nas estruturas e propósitos, e isso prejudicou, ainda mais, o já precário desenvolvimento dos trabalhos.

A falta de articulação entre as três Forças seria, a meu ver, o principal argumento para a criação do Ministério da Defesa. Se o Ministério da Defesa vier a atuar nesse campo, porque até agora ainda não o pôde alcançar fortemente, haverá um avanço indubitável.

A articulação não se normalizará somente como decorrência natural da criação do Ministério da Defesa. Existirá no momento em que houver uma concepção política de Defesa correta, quando todos entenderem o nosso problema de Defesa como sendo o mesmo, com atuações distintas de cada uma das três Forças, as quais, em alguns momentos, precisarão atuar em conjunto. O propósito deve ser sempre conjunto, mas a atuação raramente o será.

ASPECTOS POLÍTICOS NA CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

Sobre a decisão presidencial com relação à criação do Ministério da Defesa, o que posso relatar como certo foram as palavras do ainda Presidente eleito, a **19 de dezembro de 1994**, quando o encontrei pela primeira vez, à noite, em Brasília, e recebi o

convite para ser o Ministro da Marinha. Disse-me não haver sido, antes, a favor do Ministério da Defesa, tanto que votara contra sua criação durante a Constituinte, mas que fora convencido de suas vantagens e decidira caminhar naquela direção, com calma e ajuda de estudos a serem apresentados pelos próprios militares.

O que se pretendia com tal mudança é difícil de saber em detalhes. Questionado diretamente por ocasião da abertura oficial dos trabalhos do Grupo Interministerial incumbido de concluir os estudos para a criação do

novo Ministério, o Presidente se limitou a apresentar a razão da busca da eficiência, uma explicação óbvia, que não revelava as verdadeiras motivações.

De minha parte, ainda que conjecturasse e perscrutasse muito sobre as razões verdadeiras, as quais me parecem ter sido várias e condizentes com as visões dos diversos grupos que constituíam o sustentáculo não oficial do poder, isso passaria a secundário perante uma decisão po-

lítica válida, cujo cumprimento caberia levar à frente com o sentido de maximizar todas as vantagens identificáveis, evitando os inconvenientes naturais.

Sentiu-se, de fato, haver pressão internacional para que o Ministério da Defesa fosse criado, mas não exclusivamente americana. A pressão veio de vários lugares e se refletiu dentro do próprio País. Certos grupos de pensamento achavam que tínhamos de ter Ministério da Defesa porque o mundo inteiro o tinha. No meu entender, isso

O propósito da Defesa deve ser sempre conjunto, mas a atuação raramente o será.

*

O que precisa existir, mas não é de agora, é a combinação das diversas operações individuais e sua coordenação como componentes de um mesmo esforço estratégico

é um erro primário, porque mesmo se o mundo todo tivesse Ministério da Defesa, mas nós, por uma análise tranqüila, profunda da nossa situação, chegássemos à conclusão de que aqui esse modelo não funcionaria, não deveríamos ouvir o mundo, nem com todo o mundo pressionando. Lembre-se que o primeiro Ministério criado no Brasil independente, depois do Ministério da Justiça, foi o da Marinha, por uma visão estratégica naquela época. Depois foi criado o Ministério do Exército. O fato de termos três Ministérios Militares, por si só, não poderia ser considerado errado.

O processo de criação, como o entendido, não seria propriamente de "construção da autoridade", embora possa contribuir para que assim seja em futuro. A falta de definição clara e precisa das intenções subjacentes levaria mais a um processo de "imposição de autoridade", sem sombra de dúvida válida, mesmo porque faltamos, aos brasileiros em geral, uma consciência efetiva sobre Defesa Nacional.

Seguindo à risca a determinação transmitida pelo Presidente, a Marinha, desde o início do governo, realizou trabalhos concretos, enfeixando o conhecimento e estudos acumulados ao longo dos anos no Estado-Maior da Armada. Em conseqüência, tendo como premissa a necessidade de contar, o mais breve possível, com uma estrutura sem vícios anteriores, que permitisse praticar e ganhar experiências sobre a condução do que era mais essencial introduzir nas tarefas do Ministério da Defesa, a Marinha entregou aos demais ministros militares, em **princípios de 1995**, uma proposta concreta de solução preliminar.

A Marinha entregou aos demais ministros militares, em princípios de 1995, uma proposta concreta de solução preliminar para as tarefas do Ministério da Defesa

Pautando-se na evidente inviabilidade de tramitar, a curto prazo, naquele momento, projeto de Lei Complementar, imprescindível para substituir os três ministérios tradicionais e, talvez também de reforma constitucional, tal proposta consistia na criação do Ministério da Defesa, extinção do EMFA, manutenção dos três ministérios das Forças e definição precisa das responsabilidades de cada um dos quatro ministérios. Isto se daria por Lei Ordinária, ou até Medida Provisória, a perdurar enquanto se estudasse melhor o problema e houvesse condições para a introdução de legislação mais discutida.

A intenção foi de manter tal proposta apenas no âmbito militar, enquanto não fosse debatida. Entretanto, como o tempo passasse e não houvesse manifestação de interesse em sua discussão, nem outra proposta fosse apresentada, dei conhecimento da mesma ao Presidente

da República, quando campanha na imprensa, evidentemente dirigida, tentava fazer crer que a Marinha se opunha à criação do Ministério da Defesa.

Essa proposta, em nenhum momento, foi examinada, continuando a Marinha a se preparar com novos estudos. É possível que o EMFA tenha recebido delegação independente para realizar estudos preliminares, no entanto isso nunca foi participado às Forças Armadas, pelo menos não à Marinha. Tempos depois, participou-se de trabalho coordenado pelo EMFA e conduzido pelos vice-chefes de Estado-Maior, mas seu relatório final nunca foi trazido à aprovação ministerial. Ao contrário, posteriormente, circulou-se como tal relatório

um texto alterado pela assessoria do Chefe do EMFA, diferente do que havia sido acordado pelos vice-chefes.

Chegou-se, em **setembro de 1997**, à decisão presidencial de estabelecer o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com o propósito, como se sabe, de elaborar a solução final. Logo ao início dos trabalhos do GTI, a Marinha propôs que não fossem examinadas soluções empíricas, nem cópias de soluções alienígenas, mas que se seguisse uma metodologia de levantamento inicial dos aspectos relevantes a serem abordados, seguido de sua análise sistemática para, ao final, fazer-se como a síntese de uma solução brasileira. Depois de muitos debates, resolveu-se adotar metodologia semelhante à sugerida.

Vários meses, então, foram aplicados ao exame, comparação de achados e determinação da importância relativa dos diversos pontos analisados. Assim, só ao **início do segundo semestre de 1998** chegou-se ao arcabouço da proposta que foi, em essência, incorporada à legislação.

Comenta-se ter havido uma aproximação da Marinha com o setor civil do Grupo Interministerial. Como o GTI adotou o caminho da análise e síntese para o encontro da solução do problema, como parecia o correto à Marinha, penso ser natural ter havido um maior alinhamento de posturas com os ministros civis, pois não levavam, na maior parte dos aspectos, posições preconcebidas e se pautavam mais fortemente pela lógica advinda dos estudos.

Com a implantação do Ministério da Defesa, logicamente, houve alteração das relações das FFAA com o Poder Político, mas a intensidade não será definida, apenas, pelas modificações estruturais. Os aspectos tradicionais, o abrandamento de exageros iniciais, o nascer de novas consciências e, sobretudo, o aprimoramento evolutivo que se almeja para o pensamen-

to político brasileiro resultarão em novo ponto de equilíbrio, tão melhor quanto mais autenticamente nacional e menos imitativo de experiências alheias.

POSIÇÕES DA MARINHA NA CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

A idéia de que a Marinha se opunha à criação do Ministério da Defesa, até hoje muito comentada, foi a forma estereotipada, muito ao gosto de nossa imprensa, de noticiar sobre o não aparecimento mais rápido, após instalado o governo em 1995, de iniciativas que levassem à criação. Embora nunca me desse ao trabalho, pessoal ou funcionalmente, de investigar as origens, não tenho dúvidas, entretanto, que havia fonte ou fontes muito interessadas na criação de tal imagem. Essa fórmula voltou a ser empregada ao final do primeiro mandato, com outros propósitos. Como já relatei antes, a Marinha aceitou conscientemente a decisão política pela criação do Ministério da Defesa e sempre se empenhou nos estudos nesse sentido. Não há por que, então, colocá-la como quem se opunha ao fato.

No passado, quando as condicionantes propostas para criação de um Ministério da Defesa conduziram a um Ministério das Forças Armadas, com inevitável predominância de uma delas, a Marinha efetivamente a isso se opôs. Tal aconteceu na experiência de diversos países, que se viram levados a seguir, até com algum açodamento, o exemplo estadunidense. Comentaristas americanos de peso, inclusive, consideram ter sido essa uma das fortes intenções subjacentes à decisão dos Estados Unidos por esta solução, só ocorrida após a vitória na Segunda Guerra Mundial. A Marinha sempre estudou de perto as experiências alheias, com verificações *in loco* e conversas com pessoas, não se limitando a leituras

de organogramas. Eu próprio tive contatos muito próximos com o Defense Department dos Estados Unidos e trabalhei dois anos dentro do Ministry of Defence do Reino Unido, onde fiz muitas observações. Sem uma definição capaz de conduzir a uma nova estrutura, que assegurasse correção a nossos erros, não importação de erros de outrem e maximização de nossas boas soluções, a Marinha se mantinha com seu posicionamento contrário.

Quando o Presidente me levou ao cargo de ministro e participou a decisão de caminhar para a constituição do Ministério da Defesa, manifestando não ter fórmulas preconcebidas, confirmei-lhe que minha posição, como a da Marinha, sempre fora contrária ao Ministério da Defesa. Contudo, ante uma decisão política válida, com toda a lealdade, eu próprio e a Marinha trabalharíamos em prol do encontro da melhor solução possível, adequada ao caso brasileiro. E assim foi feito. Não tardou mais do que o primeiro mês do Governo até a Marinha trazer à discussão a primeira proposta para estudo.

Ao correr do tempo, houve sempre forte dedicação da Marinha aos poucos estudos que se processavam em comum. Quando se formou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), difícil será dizer não ter sido a Marinha quem mais profundamente apresentou estudos e se aplicou aos trabalhos com aquela finalidade. Se não existir em nenhum outro local, pelo menos o Serviço de Documentação da Marinha guarda cópia de todos os registros e documentos pertinentes.

Por que, então, dizer que a Marinha foi a grande opositora do Ministério da Defesa? Para não perder uma suposta condição de "elite"? Não creio que a Marinha busque este tipo de distinção ou que o reconheça como válido. A preocupação concentra-se em estar apta a cumprir seu papel em defesa do País, sem enganar-se com falsas condições de capacitação, que não vão adiante

de pomposas menções vazias em folhas de papel, mas batalhar para se manter como Força Pronta. O que a Marinha sabe, contudo, é que as condições atuais não diferem muito do passado, a despeito da evolução política mundial e da tecnologia. Os estadistas da Independência, o estrategista Rio Branco e o político Rui Barbosa o viam com clareza e, logo, como primeira providência em 1822, criaram-na, depois, desejaram-na adequadamente forte e preparada e viram a importância do controle de nossos mares. Hoje, talvez, falte um pouco desta visão.

Por perda de independência, como aventado por alguém? Bem, este foi um ponto que sempre preocupou a Marinha, mas não como óbice à instituição de um Ministério da Defesa e nem para que houvesse a liberdade de fazer qualquer coisa sem dar satisfações a ninguém. O excesso inadequado de centralização, derivado da percepção equivocada de que, só por ter a condição de militar, tudo apresenta semelhanças fortes, está na raiz da ineficácia de grande parte das soluções implantadas em vários países. Da mesma maneira, quando assume exageros desnecessários, a centralização daquilo que apresenta características iguais, ou muito próximas, pode conduzir ao gigantismo, ao excesso de burocracia improdutiva e ao desperdício de recursos em detrimento das atividades fim. É o caso, por exemplo, do Defense Department americano, objeto de incisivas críticas e recomendações em alentado memorando do então secretário de Defesa, Willian Cohen, com quem tive oportunidade de comentar o assunto em sua visita ao Brasil.

ASPECTOS CONCEITUAIS DA CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

Entender as diferenças obrigatórias de cada uma das três Forças, que são muito

mais apartadas entre si do que semelhantes, não é tarefa simples, principalmente quando existir a idéia preconcebida nos interlocutores de se estar buscando, com esse argumento, fugir de controles e subordinações. Os ambientes navais, terrestres e aéreos são muito

distintos e condicionam as estratégias específicas, as táticas apropriadas, a logística precisa e, como as estruturas de paz necessitam estar muito próximas das de conflito, para permitir transição quase automática de uma situação à outra, também têm de ser distintas, em essência, as administrações. Deve ser lembrado, também, que as ações de combate são situações extremas, onde se joga com a vida de pessoas, quando as diferenças entre sucesso ou insucesso desastrosos ocorrem, às vezes, por margens mínimas de vantagem de poder. Por isso, não é aceitável concordar com soluções aquém do ótimo, como ocorreria na hipótese de se fazerem concessões com a finalidade de padronização ou equalização, por motivos puramente econômicos, ou de facilitação de procedimentos de gerência.

Por tal razão, sempre se propugnou por preservar a **independência da administração** das Forças, restringindo-a pela comparação

dos resultados almejados, em cada caso particular, com sua apropriada integração e subordinação aos Conceitos Estratégicos comuns, derivados de uma Política de Defesa e de Análise de Conjuntura únicas, o que nunca, até então, fora feito.

Deve ser lembrado que as ações de combate são situações extremas, onde se joga com a vida de pessoas, quando as diferenças entre sucesso ou insucesso desastrosos ocorrem, às vezes, por margens mínimas de vantagem de poder. Por isso, não é aceitável concordar com soluções aquém do ótimo, como ocorreria na hipótese de se fazerem concessões com a finalidade de padronização ou equalização, por motivos puramente econômicos, ou de facilitação de procedimentos de gerência

Outro aspecto da independência necessária e mal compreendida refere-se ao **campo operacional**. Fala-se muito, nos dias de hoje, até mesmo entre não leigos, sobre a predominância das operações combinadas. Mais um engano. A grande maioria das ações operacionais continuam e sempre continuarão a ser individuais. A interação direta entre as Forças observa-se em casos de menor ocorrência e, só nessas situações, são necessárias interfaces de uso comum. O que precisa existir, mas não é de agora, é a combinação das diversas operações individuais e sua coordenação como componentes de um mesmo esforço estratégico.

A estrutura adotada para o Ministério da Defesa procurou responder aos verdadeiros

reclamos acima apontados. Ela dá ênfase à análise de Política e Estratégia, o que deveria comandar todas as demais decisões e empreendimentos; cuida do problema de Logística e Mobilização, que deve ser encarado a nível nacional, muito me-

nos do que militar, nada tendo a ver diretamente com a logística das Forças; e visa à elaboração, obtenção dos meios e ao controle do orçamento comum, imprescindível para viabilizar e compatibilizar a aplicação dos conceitos estratégicos, devendo pouco interferir no detalhamento orçamentário e administrativo das Forças individuais. Além disso, contempla um estado-maior de Defesa dedicado ao planejamento, acompanhamento e avaliação das ações em alto nível e ao estudo das necessidades de operações combinadas, atribuindo o Comando Operacional de eventuais ações a comandantes de Teatro, formados e compostos pelas forças compatíveis com as ameaças iminentes a enfrentar, as quais definem o respectivo Teatro.

Finalmente, situa o Ministro da Defesa em um nível político elevado, mais apropriado às grandes decisões relativas à defesa, que são essencialmente políticas, embora com sustentação em análises militares globais.

Em suma, creio que a estrutura dada ao Ministério da Defesa é moderna, adequada ao problema e evitou erros encontrados alhures. Se operada como concebida, poderá ser uma boa solução.

Embora em sua aparência mais fácil de visualizar tenha o "formato clássico", o Ministério da Defesa brasileiro é, a meu ver, completamente distinto dos vários ministérios da Defesa encontrados em países mais ou menos desenvolvidos. Atentou-se, em sua constituição, para os aspectos culturais e para as realidades brasileiras, buscando-se, além disso, bloquear tudo o que fosse identificado, nas soluções externas, como inconveniente ou contraproducente. Ele não guarda a menor relação com o extinto EMFA. Na visão da Marinha, que defendi em todas as oportunidades, em solução nova de Ministério da Defesa não haveria espaço para o EMFA

e seria um erro evoluir dele para o Ministério, sob o risco de se iniciar com uma concepção equivocada.

É exemplo da observância de nossa realidade a manutenção do **foro privilegiado** para os comandantes das Forças, pois do contrário, entre outras dificuldades, com a nossa comentada proliferação das liminares na justiça de primeira instância, seria impossível conduzir a administração. Já a **precedência sobre os demais oficiais gerais** trata-se de princípio quase universal.

Quanto essas características sejam comuns aos ministros, não fazem os comandantes militares parecerem ministros. O que não seria, aliás, totalmente fora de propósito, seja por nossos antecedentes ou por razões de ordem muito mais prática.

Para citar apenas uma situação: por tradição bicentenária, que continua a dar certo e redundar em enorme economia, a lei manteve, até de maneira mais explícita, a Marinha como sendo a Autoridade Marítima brasileira. Ora, enquanto é fácil entender um Ministério de Defesa enfeixando os problemas de defesa em terra, no espaço aéreo e no mar, será difícil aceitar sua capacitação e vocação para assumir, além disso, os problemas marítimos e aeronáuticos, que exigem vivências muito especiais. Não seria demasiado, portanto, dar à Autoridade Marítima, isto é, ao Comandante da Marinha, um *status* ministerial, copiando-se, aí sim, arranjos de diversos outros países, onde há ministros subordinados a ministros de gabinete, com variadas denominações, conforme o local de adoção e sua finalidade.

OPERAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

O nosso processo de criação do Ministério da Defesa, no meu entender, não foi iniciado com base em idéias derivadas, pri-

mordialmente, do que seria o desejado. A simples criação não resolve o problema principal. Poderá resolvê-lo ou facilitá-lo se soubermos, efetivamente, o que é a nossa Política de Defesa, a Estratégia de Defesa, esta muito ligada a uma estratégia global para o País. Se não tivermos tal ponto resolvido, o restante nunca o será.

A operação do Ministério da Defesa não pode ser tomada como algo trivial, equivalente à de qualquer outro. Se sua função fosse atuar na administração das forças, iria tentar alcançar um resultado de eficiência duvidosa, porque as estruturas administrativas das forças são necessariamente distintas. Não poderiam ser semelhantes, porquanto a estrutura administrativa, que é uma estrutura de paz, precisa ser um paralelo da estrutura de guerra, e esta, em cada uma das forças, é obviamente diferente. Se o ministério quisesse, por exemplo, padronizar apenas os nomes dos elementos organizacionais para todos, agiria errado, iria fazer com que as forças fossem piores e o conjunto nunca atingisse o bom.

No entanto, no lado político, o campo das idéias, da aplicação global do Poder Militar, por excelência a área de presença

do Ministério, é onde penso ainda não se estar atuando suficientemente. Primeiramente, falta definir a Política Militar, ou seja, da Política de Defesa Nacional qual é o papel estritamente militar, com uma concepção

global; depois, cada uma das forças seria obrigada a dizer: "Eu estou fazendo isso e isso está, ou não, contribuindo para tal tipo de pensamento." Creio ainda não se proceder assim; porém, quando for feito, todos se entenderão melhor.

Além disso, faltamos fazer exercícios e usar as forças em conjunto. Nessas horas, descobriremos, na prática, o que uma Força precisa ajustar para poder "conversar" com a outra.

Teoricamente, por decisão administrativa, de cima para baixo, isso nunca daria certo.

Certa feita, conversei com um general para quem o problema era o de padronizar o vocabulário. Como fazer isso? Só a prática pode dizer o que poderemos padronizar.

Há um livro, muito interessante, escrito por um civil, que foi secretário de Marinha

dos Estados Unidos, no qual ele toca nesse aspecto, dizendo o seguinte: "Não há necessidade de fazer com que as forças [refere-se às unidades de combate] falem en-

Não podemos fazer uma operação combinada no papel, com conjecturas

*

Quando convidados a participar de uma operação naval na OTAN, os nossos navios mostraram total desenvoltura diante de navios ingleses, norte-americanos, holandeses, franceses, canadenses, italianos, espanhóis, alemães e portugueses. O que tem feito a Marinha chegar a esse estágio é praticar no dia-a-dia como se estivéssemos, realmente, numa operação de guerra, para não nos enganarmos jamais

tre si, exceto em determinados momentos e com muito pouca gente envolvida.”

Sendo um pouco mais irônico, nós nunca vamos ter soldado dentro do navio e nem marinheiro dentro dos aviões da Força Aérea Brasileira. Cada um deve ficar como está, mas em alguns momentos será necessário atuar em conjunto e, para tal, teremos de saber falar a mesma linguagem, embora isso esteja muito mais ligado aos propósitos maiores e não às ações imediatas.

Lembro-me de uma das nossas discussões sobre a criação do Ministério da Defesa, quando comentava termos de otimizar a atuação para dar o melhor emprego possível aos meios disponíveis, numa situação de risco total, risco de vida para todos. Já disse várias vezes: o fuzil parece ser a mesma arma, mas o fuzil do fuzileiro naval tem que ser diferente do fuzil do soldado, porque o fuzil do soldado não precisa cair dentro da água salgada e ser leve e pequeno na hora de passar de um navio para a lancha de desembarque.

Na minha opinião, só se chegará a uma conclusão do que efetivamente precisamos fazer se exercitarmos, na prática, aquilo que seria uma operação de guerra. Não podemos fazer uma operação combinada no papel, com conjecturas.

A Marinha tem procedido assim, de uns anos para cá. Por isso, quando disse, no meu discurso de posse, não estar recebendo Marinha de ferro-velho, falava de a nossa Marinha não ser costeira, mas oceânica, não pequenina como alguns pensam, nem de “faz-de-conta”. Ela estava “pronta”. Quando convidada, pela primeira vez para alguém estranho à Organização, a participar de uma operação naval na OTAN, os nossos navios mostraram total desenvoltura diante de navios ingleses, norte-americanos, holandeses, franceses, canadenses, italianos, espanhóis, alemães e portugueses. O que tem feito a Marinha chegar

a esse estágio é praticar no dia-a-dia como se estivéssemos, realmente, numa operação de guerra, para não nos enganarmos jamais.

Precisamos ampliar este conceito para a operação conjunta das Forças Armadas.

SUBORDINAÇÃO DO PODER MILITAR AO PODER CIVIL

A Política de Defesa Nacional e o Ministério de Defesa, por si só, não teriam o poder de operar uma mudança de comportamentos a ponto de corrigir as inúmeras falhas a respeito de Política de Defesa, Conceitos Estratégicos e articulação das Forças Armadas. Para tanto, seria necessária a vontade política de provocar a análise elevada do problema, sem sectarismos ou idéias preconcebidas. Obviamente, teria de estar acompanhada da decisão de dotar o Setor de Defesa com os meios indispensáveis para mantê-lo adequado ao real estágio de desenvolvimento e responsabilidades do país, limitado, nas devidas proporções, pelas óbvias restrições de recursos exigidos, também, para outras prioridades nacionais.

A idéia simplista e, quase sempre, de sentido equivocado a respeito do “controle civil sobre os militares” tem impedido, nos últimos tempos, o correto enfoque do problema e fornece cobertura à não confessada incapacidade de visão estratégica ampla e de análise política abrangente, quando se localizariam, com precisão, os aspectos de defesa e o papel dos militares.

Seria injusto atribuir ao Presidente e a vários de seus assessores mais diretos uma atitude calcada nessa visão restritiva e maniqueísta, porquanto sua cultura e experiência sempre o motivaram muito além disso. Mas é inegável, no entanto, que o pensamento coletivo é, quase sempre, mais forte e prevalece, quando permeia uma cor-

rente de opinião, mesmo se não coincidir com os sentimentos individuais. Não há, comumente, forças poderosas para o contraditar e até os líderes sucumbem à pressão.

Dentro desse quadro, o “controle civil dos militares” como a consequência natural de aceitação por todos os cidadãos, entre esses os militares, da validade de conceitos sólidos de uma sociedade, que tem pensamento político bem sedimentado e, portanto, de natureza civil, não foi a tônica de raciocínio. Ao contrário, a imagem de controle pela imposição de grilhões das mais variadas naturezas às instituições operadas por pessoas de carreiras militares foi o conceito predominante.

O controle civil, no sentido correto, está embutido na Política de Defesa Nacional, com irrestrita aceitação pelos militares. O controle civil, na acepção equivocada, nascida mais de disputas ideológicas anteriores e de imposições vindas de fora, logo despojada de qualquer conotação ideológica ou partidária, tornando-se crença estereotipada, foi o que, junto com outros conceitos de efetiva validade, mais impeliu à criação do Ministério da Defesa, embora nunca estivesse claramente enunciado.

Não é de estranhar, portanto, que, tendo sido alcançado esse desiderato, deixasse o problema de constituir preocupação e não se realizassem esforços sensíveis na procura de caminhos que efetivem a prática e conscientização de uma verdadeira Política de Defesa.

O Ministério da Defesa não resolve o problema da “subordinação militar ao poder civil”. Caso se decidisse subordinar os

três antigos ministérios militares ao Ministério da Defesa e houvesse a consciência, entre os militares, de não deverem subordinar-se ao “poder civil”, eles se rebelariam com maior facilidade e, inclusive, mais força.

A subordinação ao Poder Civil é um problema de consciência, de cultura. É uma questão de entender a impossibilidade de haver uma força militar com o propósito de desenvolver tarefa independente do resto do País. Porque o Poder Civil não são os políticos civis no poder, mas sim o pensa-

mento brasileiro conduzindo o País no sentido de fazer o que deseja sua gente, inclusive os militares.

Ademais, há total incoerência no pensamento de o Ministério da Defesa vir a subordinar os militares ao Poder Civil. Os ministérios singulares, antes, não estavam su-

O Poder Civil não são os políticos civis no poder, mas sim o pensamento brasileiro conduzindo o País no sentido de fazer o que deseja sua gente, inclusive os militares

bordinados ao Poder Civil? Qual a diferença? Apenas a intercalação de outro ministério a meio do caminho? E o Presidente, a quem estavam todos subordinados e que poderia demitir os ministros militares quando quisesse?

A possibilidade de demissão dos militares, em verdade até mais simples do que no caso de existirem comprometimentos políticos, poderia limitar-se pela dificuldade de escolha de um substituto. Há muito, o ministro militar acumulou a função política e a função militar de comandante da Força. Indicar para ministro alguém que não tivesse a competência para exercer o comando militar seria, no mínimo, esquisito e, realmente, haveria uma forma um pouco diferente de se analisar essa questão. Mas era um cargo essencialmente político.

SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

Acho o serviço militar obrigatório desnecessário, o voluntário é melhor.

Em tempos recentes, a Marinha não tinha serviço militar obrigatório significativo. Passou a ter algo de alguma monta no Governo Sarney, quando, por problemas de desemprego, recebeu ordens para incorporar um número maior de recrutas.

Como coincidiu, na mesma época, de passarem a cortar recursos orçamentários e impor restrições à contratação de serviços de limpeza, os recrutas trouxeram solução oportuna para os estabelecimentos de terra. Na verdade, contudo, não fazem a menor diferença do ponto de vista militar. Não há, normalmente, recrutas a bordo de navios ou nas tropas operativas de Fuzileiros Navais.

A MARINHA

A MARINHA OCEÂNICA

Em confronto com a idéia, defendida por alguns, de ser mais apropriado para o Brasil ter Marinha costeira e não oceânica, a minha visão é radicalmente contrária a esta e acredito corresponder ao pensamento dominante na Marinha atualmente.

Nunca pretendi escrever sobre estratégia.

Contudo, passei muito tempo a bordo dos nossos navios, sou muito atento às relações de poder na política e isso me leva à conclusão de que jamais poderíamos pensar em Marinha costeira, salvo se imaginarmos não ter o nosso país grandes dimensões territoriais e,

também, dimensões econômicas grandes, além de lhe serem aceitáveis dimensão política e aspirações pequenas. Se desejarmos para o Brasil ser ele um país com capacidade de participar do cenário internacional em condições de defender os seus in-

teresses, teremos de raciocinar que é um país grande, ou seja, país com uma presença mundial muito importante. Então, não poderemos nos limitar a ser um país costeiro, um país dedicado só à defesa das suas costas, vivendo sempre encolhido, a esperar que os outros o ataquem. O Brasil precisa ter uma presença aberta.

Lembram-me que posso estar falando com o diapasão usado, ou propalado como tal, do "Brasil Potência". A minha visão é realista, não ufanista.

O Brasil é ou não um país com uma das maiores extensões territoriais do mundo? O Brasil é ou não um dos países com uma das maiores costas do mundo?

O Brasil é ou não um dos países com uma das maiores populações do mundo? O Brasil é ou não uma das maiores economias do mundo, apesar de ainda ser subdesenvolvido? O Brasil pode abdicar dessa posição? Pode ser menor do que é? Não pode. Ele tem

O Brasil precisa ter uma presença aberta. Não podemos aceitar ser sempre subsidiários e só acompanharmos as idéias dos outros, sem fazer ouvida a nossa opinião, de igual para igual

de ser grande. Não no sentido imperialista, no sentido de querer participar para aparecer, para mostrar poder, mas consequência natural do que é o nosso país. A não ser que abduquemos dessa posição, aceitemos ser sempre subsidiários e só acompanharmos as idéias dos outros, sem fazer ouvida a nossa opinião, de igual para igual.

Essa, no meu entender, é a grande diferença de visão estratégica. Não para querermos nos impor por vaidade, ou para dominar quem está junto de nós. Nos impor, porque no passado era bonito ser chamado de potência. Simplesmente, precisamos participar junto com os maiores, com aqueles que têm as melhores posições no mundo, sem menosprezar os demais.

O Brasil não tem a vontade de se impor a ninguém, normalmente. Muito pelo contrário, às vezes, encolhe-se demasiadamente. O Brasil pode estar conversando com um país pequeno, com um país muito menor do que ele, mas está sempre tentando chegar a um acordo. Parece-me correto pensar assim, mas não trabalhar para permanecer conformado do lado mais fraco. Devemos trabalhar no lado dos fortes, junto com eles, e, para isso, o Brasil tem que ser grande em todos os sentidos. Um país não pode ser grande, como um corpo qualquer, tendo cabeça grande e membros atrofiados; o Brasil não pode ser

grande, como um corpo também não pode ser, tendo membros desenvolvidos e a cabeça atrofiada. Membros e cabeça devem ser proporcionais, e nisso incluo o nosso problema de Defesa e o problema de defesa no mar. Por essa razão, vejo não poderemos ser Marinha costeira.

Imagino que as responsabilidades do

Brasil serão globais um dia, porém, agora, elas já vão, pelo menos, muito além da nossa fronteira próxima. Temos responsabilidades no Atlântico Sul? É claro que temos. Em uma situação de conflito, deveremos estar como quando iniciamos a Segunda Guerra Mundial, na dependência da ajuda dos norte-americanos, senão não seríamos capazes de nos defender? Como vamos defender os nossos interesses no dia em que não coincidirem, exatamente, com os dos norte-americanos? Vamos nos subordinar, apenas? Ou vamos batalhar para que a nossa voz seja ouvida?

O Brasil pretende, e é pretensão que nin-

guém pode qualificar como "da ditadura militar", pois é do governo atual, aliás com muitas gestões realizadas, tornar-se Membro Permanente do Conselho de Segurança da ONU. Por quê? Porque o governo presente identifica já termos a postura para nos levar a pleitear algo dessa importância política. Agora, como vamos pertencer ao Conselho de Segurança da ONU se nos

Como vamos defender os nossos interesses no dia em que não coincidirem, exatamente, com os dos norte-americanos?

*

De qualquer maneira, mesmo chegando à situação do conflito generalizado, passaremos por vários estágios e, principalmente, pelo estágio que mais nos interessa: o estágio de paz, com esforços para não atingirmos a situação de conflito

recusarmos, por exemplo, a usar tropas numa Força de Paz? Ou relutar em o fazer porque nos custa caro?

Se resolvermos participar, vamos fazê-lo na dependência de caber aos outros proteger as nossas tropas? Quando mandamos tropas para Angola, tivemos o caso de uma companhia brasileira cercada por guerrilheiros. Será que não deveríamos ter condições de levar uma unidade da Marinha para libertar uma tropa nossa passando por tal situação do outro lado do Atlântico?

Por que não dou ênfase exclusiva ao submarino? Porque não podemos pensar em preparar a Marinha apenas para uma situação de conflito generalizado, isto é, com as hostilidades já abertas e declaradas. Numa situação de conflito generalizado, o submarino é a arma estratégica por excelência e a de maior poder. Mas se não chegarmos sempre a uma situação de conflito generalizado? De qualquer maneira, mesmo chegando a esse nível, passaremos por vários estágios e, principalmente, pelo estágio que mais nos interessa: **o estágio de paz**, com esforços para não atingirmos a situação de conflito.

Por isso, o Brasil precisa ter capacidade de presença e de efetiva dissuasão. Não basta ter um submarino embaixo da água, porque ninguém acreditará possuímos força, até pela dificuldade política de a empregar, dada sua intensidade. Necessitaremos de uma força que apareça, uma Força que conduza uma tropa. No caso de uma Força de Paz, é o navio que vai mostrar a sua bandeira. Aliás, “mostrar a bandeira” é um dos maiores empregos tradicionais das Marinhas, revigorado no mundo atual. Mostrar como o País se posiciona para sustentar seus interesses, que o País tem poder. Não é o poder ameaçador, mas poder que reflita o verdadeiro, o poder natural do País. Esta é a minha visão estratégica e, acredito, semelhante à de boa parte da Marinha.

Para isso, também, é imprescindível contar com **prontidão operacional**.

Poucos conhecem o trabalho enorme da Marinha na Segunda Guerra Mundial, até exasperante. Começou-se em um estado de despreparo fabuloso e foi preciso superar-se para fazer o muito que competia executar. Isso não pode acontecer novamente, temos de estar preparados para enfrentar essas situações, não podemos ser apanhados de surpresa. Se acontecer algo como na década de 1940, quando os nossos navios mercantes foram torpedeados e afundados — perdemos 36 navios na Segunda Guerra Mundial —, o que faremos? Vamos ficar esperando que nos defendam? Ou que outros não nos ataquem? Ou vamos tomar as nossas providências? E se algum dia tivermos de adotar uma postura ofensiva, ainda que estrategicamente defensiva?

INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO DE MAHAN

Não acredito que se saiba estratégia porque se conhece o pensamento de Mahan, ou de outro autor. Acho que o pensamento estratégico vem da observação da situação. Logicamente, o conhecimento teórico ajuda, desde que não seja tomado como um dogma, uma cartilha, mas interpretado como se alguém, algum dia, houvesse tentado fazer o mesmo raciocínio. Isto é, reuniu os dados disponíveis na ocasião, fez análise e projetou aquele tipo de solução. Eu mesmo só fui ler alguma coisa de Mahan quando já tinha o pensamento formado e considero, de uma maneira geral, que todos os estrategistas, todos aqueles que escrevem sobre estratégia, são historiadores de estratégia, não estrategistas. Por isso, não concordo muito com ter havido uma predominância das idéias de Mahan na Marinha. Houve influência, havia quem seguisse à risca esse pensamento, mas não

era a maioria e para as grandes decisões, se nós quisermos apontar como conduzidas por um ou outro tipo de pensamento, não encontraremos uma linha muito forte de relação entre pensamento e prática.

Em suma, as idéias de Mahan não eram fundamentais para a elaboração do planejamento estratégico e a tomada de decisões na Marinha. Mahan é estudado na Escola de Guerra Naval porque a cartilha didática recomenda seguir um determinado texto, uma linha de estudo. Acho-o válido, desde que não se considere isso como doutrina, mas como uma forma de desenvolver o raciocínio. Logicamente, sempre há aqueles que tendem a dizer: "Eu só posso fazer assim porque era assim que Mahan dizia." Para atenuá-lo, até ajuda um pouco a indisciplina mental brasileira de ninguém seguir nada ao pé da letra e, ao final, termos algo um pouco mais independente.

INFLUÊNCIA DAS MISSÕES E DOS ACORDOS

Comenta-se que, com a presença das missões militares estrangeiras, as Forças Armadas passaram a definir suas concepções estratégicas em função dos armamentos que adquiriram. É bem possível que, durante uma determinada época, isso tenha sido verdade. Quem não sabia nada e passou a contar com armamento aparentemente moderno começa a pensar em estratégia calçada no que possui. As coisas mudam quando aparecem verdadeiras cabeças pensantes, ou estrategistas, que questionam, vão além, usam outras bases de raciocínio, procuram fazer outras conceituações, passam a ter novas visões do problema e são capazes de se libertar das antigas concepções.

Condena-se, também, a influência dos acordos com os norte-americanos após a Segunda Guerra Mundial (1952), quando começamos a receber a assistência mais acentuada.

Acho que, numa visão *a posteriori*, o acordo foi ruim só porque se prolongou por muito tempo. Mas, na época, não existia solução melhor. Precisávamos crescer e não tínhamos maneira alguma de o conseguir. Eles nos propiciaram alguns meios para o crescimento. Não fomos espertos o suficiente, porém, para os romper antes que passassem a ser prejudiciais.

O acordo somente se tornou prejudicial quando começou a influenciar a nossa mentalidade, independentemente da nossa vocação estratégica. Essa tendência da Marinha, durante um certo tempo, de ser volta-

da para a *guerra anti-submarino* é uma idéia trazida pelos americanos, que aceitamos sem discutir. Do ponto de vista industrial, também, quando nos propiciaram material teoricamente de graça, impediram-nos de os desenvolver no Brasil e isso feria a nossa mentalidade. Tive, como

capitão-tenente, oportunidade de observar tal aspecto.

Uma certa ocasião, quando estávamos montando a Base Aeronaval de São Pedro da Aldeia, onde os equipamentos de comunicações eram todos nacionais, precisei de uns certos itens adicionais. Pedi ao meu comandante para considerá-los no próximo planejamento, porém ele me retrucou: "Você não precisa disso não, pede para os americanos." Ou seja, ao invés de estarmos desenvolvendo a nossa indústria, preferíamos pedir equipamento para os ameri-

O conhecimento teórico ajuda, desde que não seja tomado como um dogma, uma cartilha. O pensamento estratégico vem da observação da situação

canos. Isso mata qualquer capacidade de decidir por conta própria.

De um modo geral, contudo, eu diria que a Marinha, exceção feita ao período exageradamente anti-submarino, nunca foi muito levada a usar o armamento como condicionante de sua concepção estratégica. O fato de andar muito pelo mundo afora, ter muito contato com outros povos, com outras concepções, faz com que a Marinha também tenha uma visão mais aberta. Isso passou a ser mais verdadeiro nos últimos tempos, pois mesmo antes de se ter acabado com a Missão Norte-Americana, já não se seguiam aqueles conceitos, já não se aceitava receber equipamentos americanos só porque seriam gratuitos. A Marinha já procurava pensar por conta própria.

O Plano Estratégico da Marinha, que já existe há mais de 30 anos e vem sendo revisado com certa frequência, emprega uma visão global e jamais se poderia considerar tal planejamento como condicionado pelos armamentos. O condicionamento vem das necessidades de aplicação do Poder Naval em face da conjuntura. Por exemplo, falava-se muito, no passado, sobre a hipótese de guerra com a Argentina. Antes de se excluir oficialmente tal possibilidade de guerra, para a Marinha há muito já não existia.

INFLUÊNCIA DA “DOCTRINA DA ESG”

Alguns de meus interlocutores não eram nascidos na década de 60, mas devem ouvir muitas histórias e há quem acredite piamente na verdade de uma “doutrina da Escola Superior de Guerra” com papel preponderante na formulação das concepções estratégicas. Mas o que se chama de doutrina da ESG é uma metodologia de planejamento, por mim considerada absolutamente inaplicável na prática. Tanto é assim, que nunca se conseguiu fazê-la de instrumento para o planejamento estratégico. Do pen-

samento estratégico da Marinha, o que se pode dizer ter recebido grande influência da ESG foi a ênfase no binômio segurança e desenvolvimento, muito mal interpretado por muitos, mas que também tinha o seu valor. Porém esse binômio não era propriamente da ESG. Ela o adotou como uma concepção política então vigente.

É claro que 64, com o fato de o Presidente Castelo Branco ter tido uma presença forte na Escola e de muitas pessoas próximas a ele a terem cursado, levou a idéia de que a ESG era a grande responsável por tudo. Até agora, persistem essas imagens, e certas modificações, que estão aplicando lá, recebem ainda condicionamentos a partir dessa idéia. Modificações são necessárias, sem dúvida, em uma série de coisas, contudo não porque se deva ajustar para evitar uma influência da ESG, semelhante à que lhe atribuem naquela ocasião.

RELACIONAMENTO COM O CONGRESSO E A IMPRENSA

Quando ministro, a Assessoria Parlamentar, que já era forte desde algum tempo, recebeu reforçadas atenções. Eu mesmo participei da Assessoria Parlamentar, porque estamos em ambiente onde precisa haver o diálogo político. Conversei, pessoalmente, com mais da metade dos deputados e mais da metade dos senadores e consegui um trânsito excelente, independentemente do partido ou da concepção ideológica.

O pessoal da Assessoria Parlamentar era ativíssimo, estava sempre junto a quem desejava saber alguma coisa. Nunca deixamos de prestar, imediatamente, qualquer tipo de informação solicitada.

Tivemos a mesma atitude em relação à imprensa. Não a procurávamos para buscar apoios; entretanto, sobre o que desejassem saber de nós, imediatamente recebiam resposta verdadeira.

A MODERNIZAÇÃO DA MARINHA

Quando tenente, relatei-o em artigo antes escrito para a *Revista Marítima Brasileira*, vi a Marinha cansada da Segunda Guerra Mundial e parar. Parou até quando o Almirante Penna Boto reagiu: “Não! A Marinha tem de andar.” Ele fez os navios começarem a andar de qualquer maneira; todos eram obrigados a sair. Se o navio quebrasse na saída da baía, a tripulação ficava esperando fundeada, em regime de viagem, até todos regressarem, ou até se consertar o navio.

Entretanto, naquela época, ainda se considerava um navio pronto se conseguisse fazer as máquinas funcionarem, o resto sendo irrelevante. Hoje em dia, não se procede mais assim. Agora, o navio só é considerado “pronto” se estiver com todos os equipamentos operando, com a dotação de munição e sobressalentes a bordo, se estiver totalmente preparado para entrar em combate naquele momento.

A Marinha vem perseguindo essa evolução nos últimos 50 anos. Eu a vi ainda parada, vi-a começar a andar, senti uma mudança de mentalidade, quando selecionaram-se duas tripulações para ir aos Estados Unidos receber cruzadores e retornaram com outra visão. Embora tenham recebido muito dos norte-americanos, regressaram com a vontade de resolver as

questões no interesse do Brasil. Mais tarde, receberam-se os contratorpedeiros, também norte-americanos, já dentro daquela idéia da Marinha anti-submarino, que ajudou durante um certo tempo, porque trouxe crescimento tecnológico. Contudo, quanto à concepção estratégica, já se principiava a desconfiar não ser muito certa, nascendo a reação interna, até o momento em que se resolveu comprar navios novos, uma decisão própria e consciente.

A compra das fragatas na Inglaterra, além de ter sido uma decisão independente, acompanhou-se de certa falta de sorte, felizmente transformada em algo muito favorável. Por questões de financiamento, a escolha foi dirigida a um projeto inglês, que nem a Marinha inglesa adquirira. Conhecendo bem melhor a Marinha Real, agora, acredito tenham considerado o projeto muito avançado, um navio extremamente automatizado para a época. O Brasil o comprou e assumiu

como problema seu, com todo o profissionalismo. A Marinha deu um salto com isso, aprendeu a fazer o que não se imagina capaz o nosso estágio de desenvolvimento. A partir desse episódio, nossa visão passou a ser a de “não adianta enganar-se”.

O artigo *Por que mudar?*, publicado há tempos, houve quem o enxergasse como contraditório com a afirmação de que a

“Não! A Marinha tem de andar.” O Almirante Penna Boto fez os navios começarem a andar de qualquer maneira; todos eram obrigados a sair. Se o navio quebrasse na saída da baía, a tripulação ficava esperando fundeada, em regime de viagem, até todos regressarem, ou até se consertar o navio

* N.R.: Ver *RMB* 3º trim/1995, p. 15 e 16.

Marinha estava bem, como expressam as idéias acima e minha declaração de confiança no discurso de posse no cargo de Ministro. Absolutamente não. Creio tê-lo terminado dizendo, justamente, que a Marinha estava bem porque muitos ousaram mudar, porquanto quem não evolui constantemente, em um mundo em progressão veloz, logo ficará relativamente atrasado. Era contra alguém? Sim, contra os que se molestavam com as propostas de mudanças, preferindo o comodismo burocrático de só fazer o que já sabiam, sem o trabalho de aprender de novo e enfrentar as penas da transição.

A modernização da Marinha enfrenta dificuldades muito grandes, porque depende de recursos e estamos cada vez com menos dinheiro. Estão cortando o **orçamento militar** mais do que se deveria tomar como aceitável. Aliás, em várias áreas, há uma desproporção

entre o pensamento político e o que realmente se faz na prática. O nosso problema mais importante, indubitavelmente, é o problema social. Contudo, se o governo tentar resolver o problema social empregando todos os recursos existentes, na forma em que é feito, no dia em que as pessoas não morrerem mais de doença, vão morrer de fome, porque não terão emprego. Deveríamos saber dimensionar bem o orçamento. No caso da Marinha, em particular, e das Forças Armadas, em geral, os cortes orçamentários parecem-me demasiados; se continuar dessa forma, vamos regredir. Não postulo que devamos crescer desmesuradamente, mas precisaríamos manter o que,

mesmo modesto, fosse razoável em termos da dimensão do nosso país.

Em minha visão, existe modernização da Marinha quando se enfrentam certos problemas, como a construção de navios, a fabricação do submarino nuclear. Porém, a falta de recursos nos está retardando. O último submarino do projeto alemão, já com muita modificação do original, vai-se arrastando; o projeto do submarino inteiramente nacional está na prancheta, porém não se vislumbra quando será possível iniciá-lo. Compromete-se, assim, o nosso desenvolvimento. Não se cogita de aumentar poder pelo crescimento dos meios bélicos; o au-

mento de poder decorrerá do conhecimento e da capacidade para decidir por conta própria.

O caso da **modernização das fragatas Classe Niterói**, por exemplo, é um salto tecnológico. Embora os equipamentos sejam comprados fora em sua maioria, já que a nossa

**Estão cortando o
orçamento militar mais do
que se deveria tomar como
aceitável; se continuar
dessa forma, vamos
regredir**

indústria não tem a possibilidade de os produzir, por falta de escala de produção, o sistema e o *software* usados já estamos desenvolvendo no Brasil e tão bons (ou melhores) como os disponíveis nos países desenvolvidos. Dentre os equipamentos produzidos no Brasil, incluem-se alguns de alta tecnologia, no campo de guerra eletrônica, uma decisão estratégica, por se tratar de área onde é fundamental ter independência.

Em relação à **modernização no setor de pessoal**, creio muito necessário haver cuidados grandes com a atualização. Não pretendo questionar o abandono recente do projeto dos Cursos de Aperfeiçoamento Avançado* antes imaginado, pois não disponho de dados para

* N.R.: Ver "A nova formação do oficial de Marinha do Corpo da Armada na RMB 2º trim./00, p. 63/87.

tanto. Contudo, é fundamental que se pense no futuro, em como poder aceitar a modernização. Assim se trabalha no primeiro mundo: todo oficial do Exército americano faz curso de mestrado formal como capitão.

SUAS DIMENSÕES

Repetirei aqui, para que se possa visualizar melhor o que compete à Marinha, algumas idéias tratadas páginas atrás.

A visão sobre Defesa, que expressei anteriormente, em particular no que toca ao Poder Naval, coincide com a visão da esmagadora maioria da Marinha. Deve-se isso, talvez, ao processo de análise estratégica sedimentado na Força, ao freqüente contato com povos e Marinhas estrangeiras e ao sentimento derivado da vida no mar.

Eu não atribuiria tanta ênfase a heranças da Missão Naval Americana, cuja importância no desenvolvimento operacional foi inegável no passado. Aliás, a própria Marinha já quase não mais ouvia a Missão nos últimos anos antes de denunciado o acordo. A grande evolução recente do pensamento naval ocorreu quando já não mais tínhamos aquela assessoria e nos conscientizamos sobre a necessidade de caminharmos para soluções próprias, independentes, não visionárias, mas adequadas a nosso ambiente estratégico.

Meus interlocutores* parecem insinuar, ao descrever a capacidade dos meios na-

vais, perseguirmos uma estratégia de atuação com projeção de poder, ofensiva em sua essência. Há um certo engano, se assim for, porquanto tudo é feito considerando a grande política brasileira, correspondente ao sentimento de nosso povo, à nossa Constituição e ao estabelecido na PDN – postura não intervencionista, não agressiva e de privilégio às negociações diplomáticas.

Entretanto, há que considerar dois pontos essenciais. Inicialmente, somos um país grande em todos os sentidos e não podemos pretender não o ser; daí a necessidade de termos nossos componentes de poder equilibrados, inclusive o de Defesa, em particular o Naval, sabidamente um dos melhores instrumentos disponíveis para atuação em tempo de paz, **se tiver credibilidade.**

Além disso, nosso cenário de ação previsível é, pelo menos, todo o Atlântico Sul, pois é pueril pensar-

mos em dar proteção ao Brasil-continente atuando junto da costa, o que nos exige capacitação oceânica plena, com a cobertura e proteção aérea às Forças Navais.

Se algum dia a Amazônia vier a ser invadida, ela será invadida pelo mar, porque seria loucura total alguém intentar a invasão da Amazônia por terra, onde o problema logístico é enorme. Haveria operações táticas conduzidas pela terra e pelo ar, mas o grande esforço seria feito no mar.

Deve ser lembrado, também, que uma atuação exclusivamente defensiva, em ni-

Existe modernização da Marinha quando se enfrentam certos problemas, como a construção de navios, ou a fabricação do submarino nuclear

*

O aumento de poder decorrerá do conhecimento e da capacidade para decidir por conta própria

* N.R.: Ver *Introdução* na pág. 26.

vel estratégico, pode exigir ações táticas ofensivas, como aliás está dito na PDN.

Na Marinha dificilmente se poderia cortar alguma coisa. A Marinha é muito enxuta, não tem exágeros. Comparando o que efetivamente realiza e sua capacitação operacional com o tamanho, logo se verá isso. A relação de quantos homens estão no apoio para cada homem no combate ou operação é pequena em padrões internacionais. Além disso, em seus números incluem-se os destinados ao desempenho de atividades típicas da Autoridade Marítima, que considero a parcela da "reserva ativa" da Marinha.

EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DA MARINHA

O ensino da Escola Naval continua bom.

Contudo, em uma visão moderna, acho que apresentava alguns problemas.

Como ministro, mandei fazer uma série de adaptações para tentar recuperar o tempo perdido. Uma delas: por estarem usando poucos livros, determinei a compra imediata de mais livros e o início de reforma completa da biblioteca.* Diferentemente do passado, ninguém mais pode estudar por um livro só, ou por apostilas. Os aspirantes têm de habituar-se a pesquisar. Nesse ponto, vejo que nos atrasamos bastante, porque temos grande dificuldade com professores, pois a legislação nos impede de contratá-los e só autoriza pagar-lhes, sendo eles professores de nível superior na Escola Naval, a quem deveria ser exigido trabalho em tempo integral, algumas centenas de reais. Não se consegue alguém para trabalhar nessas condições. Estamos

suprindo as dificuldades recrutando oficiais da reserva, o que não é a solução ideal, porém melhor do que ter professores desinteressados ou incompetentes.

A **formação humanística**, sob iniciativa da Escola, era um dos aspectos analisados como necessitado de correção. Do ponto de vista da exposição do aspirante ao ambiente social, nossa conclusão, entretanto, foi de que, mesmo sem muita ajuda, ele se formava razoavelmente bem, tão bem quanto qualquer outro profissional.

Metade da oficialidade da Marinha, no entanto, origina-se das universidades civis.

A experiência tem sido ótima e, inclusive, ajudei (como ministro) a ampliá-la.

Foram criados, muito tempo atrás, os **Quadros Complementares**, que a rigor não eram complementares, eram quadros especializados, separados dos demais. Reformamos toda essa legislação e, hoje em dia, conta-se, efetivamente, com quadros complementares. São universitários candidatos ao Corpo de Intendência, ao Corpo de Fuzileiros Navais ou ao Corpo da Armada, onde ingressam mais tarde, desde que demonstrem a capacidade equivalente à dos oficiais cursados na Escola Naval.

Os engenheiros, antigamente só oriundos da Escola Naval, passaram a vir diretamente das universidades; hoje, praticamente, quase todo o Corpo de Engenheiros da Marinha tem essa origem, com bons resultados.

Completa-se essa parcela dos oficiais com o tradicional Corpo de Saúde da Marinha e o Quadro Técnico, agora devidamente estruturado como tal.

Ninguém mais pode estudar por um livro só, ou por apostilas. Os aspirantes têm de habituar-se a pesquisar

* N.R.: Ver RMB 2º trim./2000, p. 63/87 (Memorando na pág. 79).

No preparo dos universitários, quando vêm para a Marinha, só se precisam cuidados no período do Curso de Formação de Oficiais, porque já chegam como engenheiros, médicos etc. e, então, serão transformados em oficiais da Marinha. Temos de lhes mostrar como integrar-se, qual a sua missão. Sempre dizia aos médicos, ao principiarem o curso, realizado no CIAW (quando era seu comandante): "Vocês vêm para cá com a ética médica embutida; aqui, vão aprender a ética da guerra naval e esta vai preceder a ética médica, sem destruí-la."

Por exemplo, um médico pensa, na hora de atender os doentes, em primeiro dar atenção aos mais graves. Na nova situação é o oposto: atender primeiro o menos grave, porque esse paciente volta mais rápido para o combate, quando poderá salvar a vida de todos. Isso muda a cabeça do médico. Logicamente, ele precisa raciocinar que não será sempre assim, mas terá de admitir a ocorrência dessa verdade.

O ensino na Escola de Guerra Naval é muito bom, igualmente. No Curso de Política e Estratégia Marítima (C-PEM), recentemente, introduziram-se práticas mais modernas, mantida a mesma concepção geral. É curso onde não se ensina, propriamente. As idéias são levadas para o debate e há muitas conferências com pessoas de fora da instituição.

CURSOS E PLANO DE CARREIRA DE OFICIAIS

A principal razão para introduzir, quando ministro, o Plano de Carreira para oficiais e praças residiu em que, embora sempre se falasse em planejamento de pessoal e estivéssemos acostumados a um sistema de planejamento administrativo e orçamentário excepcionalmente bom, até copiado, em alguns pontos, pela administração federal, para o planejamento de pessoal não contávamos com algo semelhante. Procurei implantá-lo por meio de plano estruturado, que permitisse fazer projeções antecipadas, facilitar a tomada de decisões importantes, as correções tempestivas e o exame, pelos interessados, de como seria sua vida profissional futura.

Tínhamos, logo depois da Escola Naval*, que oferece formação diversificada, um curso chamado de aperfeiçoamento, na verdade de especialização, onde se

estudava, praticamente, os mesmos temas já abordados anteriormente.

Era desestímulo aos alunos.

Procurei cancelá-lo, mas acrescentando um curso de aperfeiçoamento algum tempo adiante. O curso deveria ter o nível de mestrado, mas sem preocupação com a titulação, porque senão precisaríamos seguir as regras do Ministério da Educação, com exigências desnecessárias aos nossos

**O Curso de
Aperfeiçoamento Avançado
era importantíssimo para
nos assegurar a
capacidade de enfrentar o
futuro, quando a evolução
tecnológica será cada vez
mais rápida. Se não
estivermos preparados
para entender as
mudanças, será muito
custoso acompanhá-las**

* N.R.: Ver RMB 2º trim/2000, págs. 63 a 87.

propósitos. Esse projeto, infelizmente, foi abandonado.* No meu entender era importantíssimo para nos assegurar a capacidade de enfrentar o futuro, quando a evolução tecnológica será cada vez mais rápida. Se não estivermos preparados para entender as mudanças, será muito custoso acompanhá-las. O Curso de Aperfeiçoamento Avançado, esse era o seu nome, seria ministrado cinco ou seis anos depois de o oficial haver saído da Escola Naval. O Curso de Comando e Estado-Maior, também, ocorreria cinco ou seis anos após o aperfeiçoamento. Já o Curso de Política e Estratégia Marítima viria um pouco mais tarde, para que o oficial, ao invés de o ter em seguida a sua promoção a capitão-de-mar-e-guerra, cursasse mais próximo de uma possível ascensão a almirante. Dessa forma, o Almirantado receberia, no ingresso, oficiais há pouco diplomados na EGN, por assim dizer, com as cabeças mais atualizadas.

CONCLUSÃO

Pretendem certas pessoas que o Poder Militar perdeu sentido, terminada a Guerra Fria.

Pode algum dia perder sentido, mas não no mundo atual e nem naquele que se possa vislumbrar. Qual dos países maiores tomou alguma iniciativa neste sentido? Alguém pensou em abrir mão do componente de defesa em sua estrutura de poder? A OTAN foi extinta ou apenas mudou de concepção? As políticas intervencionistas calcadas em superioridade armada não continuam a prevalecer e, até certo ponto, a se fortalecer? As políticas de defesa e as estruturas de forças armadas não se moldam, cada vez mais ostensivamente, pela

capacitação de intervenção em terceiras partes e na projeção de poder?

O mundo em que vivemos é real e não utópico. Fala-se, com frequência na convicção pacífica, mas sem um braço de força, não há respeito. E não vejo como se possa fazer política externa sem ter condições de apresentar íntegros todos os elementos de poder, salvo se se considerar como satisfatório ter como metas não mais do que o disputar entre os mais fracos o que os fortes desejarem conceder.

Lembro-me que alguns teóricos da modernidade, mesmo quando não se vislumbrava, ainda, o fim da Guerra Fria, já vaticinavam que bastava o desenvolvimento político-democrático e econômico para assegurar posição de destaque no contexto internacional. O Japão era o maior exemplo clássico, repetidamente mencionado – ele nem tinha forças armadas! A ingenuidade desses argumentadores não lhes permitia enxergar que as Forças de Defesa daquele pequeno país, de dimensões incomparavelmente inferiores ao gigantesco Brasil, eram, ainda que sob a designação eufemística adotada, algumas vezes maiores, mais potentes e mais prontas do que as nossas reduzidas Forças Armadas! Esses mesmos analistas são os que não sabem ter a neutra Suíça um dos proporcionalmente maiores e mais bem equipados exércitos do mundo.

Pretendo ver o convívio internacional como efetivamente é, não como idealistas gostariam que fosse. Se já podia escudarme em modesta experiência e observações anteriores, agora tenho-a muito aumentada pelo viver das responsabilidades de fazer política em um dos organismos multilaterais de maior atividade no contexto da ONU. Desse aprendizado, vem-me a con-

* N.R.: Ver RMB 2º trim/2000, págs. 63 a 87.

vicção, ainda maior, de recusar a premissa com toda a ênfase.

Só almejo que o Brasil tenha estadistas capazes de enxergar essa realidade em sua verdadeira extensão e não permitam sacrificar-nos o futuro com visões simplistas. Nem permitam que se reduzam nossas Forças Armadas, por inanição, a elementos incapazes de cumprirem o que uma análise correta de um quadro estratégico a elas

destinar. Exija-se delas eficiência e eficácia, não economia de gastos sem base alguma, lembrando que as forças armadas mais caras são aquelas que não servirem para nada do que efetivamente lhes competir. Os brasileiros saberão cobrar isso dos governantes, quando for a hora.

E a História das Nações mostra que esta hora chega quando menos se espera. E rapidamente.

☞ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ADMINISTRAÇÃO> / Criação do Ministério da Defesa/; Forças Armadas; Estratégia; Pensamento Militar; Poder Militar; Poder Naval; Relações Internacionais; Geopolítica; Política nacional;

**Dê liberdade. Pensamentos
inovadores são armas contra
a rotina.**